

COM BASE NO EDITAL Nº 01/2025 - ABERTURA DE INSCRIÇÕES



BARUERI-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI - SÃO PAULO

AGENTE DE APOIO ESCOLAR

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





BARUERI-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI - SÃO PAULO - SP

AGENTE DE APOIO ESCOLAR

EDITAL Nº 01/2025 - ABERTURA DE
INSCRIÇÕES

CÓD: OP-107DZ-25
7908403585625

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Ortografia e acentuação	7
2. Emprego do sinal indicativo de crase.....	10
3. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	10
4. Relação do texto com seu contexto histórico	14
5. Denotação e conotação; Sinonímia e antonímia	16
6. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre	19
7. Intertextualidade	20
8. Figuras de linguagem	21
9. Morfossintaxe; Pronomes; Flexão nominal e flexão verbal; Vozes do verbo; Correlação de tempos e modos verbais; Coordenação e subordinação	24
10. Elementos estruturais e processos de formação de palavras	36
11. Pontuação	37
12. Concordância nominal e concordância verbal	38
13. Regência nominal e regência verbal	40
14. Conectivos.....	41
15. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas)	43

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais. Potências e raízes	53
2. Múltiplos, divisores, números primos.....	65
3. Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo	68
4. Razão e proporção	72
5. Regra de três simples e regra de três composta	73
6. Porcentagem.....	74
7. Juros simples e juros compostos.....	75
8. Equação do 1º grau, equação do 2º grau.....	78
9. Sistemas de equações.....	80
10. Funções: afins, quadráticas, exponenciais, logarítmicas. equações exponenciais e logarítmicas	82
11. Progressões aritméticas e geométricas	93
12. Análise combinatória: permutação, arranjo e combinação	95
13. Probabilidade.....	100
14. Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana, moda). Relação entre grandezas. Interpretação e elaboração de tabelas e gráficos.....	103
15. Geometria plana: polígonos, circunferência, círculo, teorema de Pitágoras, trigonometria no triângulo retângulo; perímetros e áreas.....	110
16. Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera; áreas e volumes	117
17. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. formação de conceitos, discriminação de elementos.....	122

ÍNDICE

1. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal	135
2. Raciocínio matemático.....	139
3. Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal	146

Conhecimentos Específicos Agente de Apoio Escolar

1. Organização do trabalho nas unidades de educação de ensino fundamental.....	155
2. Ética e cidadania	156
3. Boas práticas de atendimento. Atendimento e orientação aos alunos nos espaços e tempos escolares	158
4. Controle e movimento dos alunos nas imediações da escola	160
5. Planejamento, Plano individual de atendimento e práticas socioeducativas	161
6. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.....	162
7. Noções gerais de higiene	165
8. Prevenção de acidentes. Noções de Primeiros Socorros. Normas de segurança.....	166
9. Integração escola x família e comunidade	169
10. Educação inclusiva	170
11. Combate à discriminação: de gênero, étnica, econômica, de credo	176
12. Trabalho em equipe. Relações humanas	177
13. Concepções de Educação e Escola.....	178
14. Função social da escola e compromisso social do educador	181
15. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando.....	183
16. Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	184
17. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 e alterações): Título I - Disposições Preliminares: Capítulo I - Disposições Gerais; Capítulo II - Da igualdade e da Não Discriminação; Seção Única - Do Atendimento Prioritário; Título II - Dos Direitos Fundamentais: Capítulo IV - Do Direito à Educação	225
18. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012 e alterações)	228
19. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar 277/2011 atualizada	230

LÍNGUA PORTUGUESA

ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO

► Alfabeto

O alfabeto da língua portuguesa é formado por 26 letras.
A – B – C – D – E – F – G – H – I – J – K – L – M – N – O – P – Q – R – S – T – U – V – W – X – Y – Z.

Observação: emprega-se também o “ç”, que representa o fonema /s/ diante das letras: a, o, e u em determinadas palavras.

► Emprego das Letras e Fonemas

Emprego das letras K, W e Y

Utilizam-se nos seguintes casos:

1) Em antropônimos originários de outras línguas e seus derivados. Exemplos: Kant, kantismo; Darwin, darwinismo; Taylor, taylorista.

2) Em topônimos originários de outras línguas e seus derivados. Exemplos: Kuwait, kuwaitiano.

3) Em siglas, símbolos, e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional. Exemplos: K (Potássio), W (West), kg (quilograma), km (quilômetro), Watt.

Emprego do X

Se empregará o “X” nas seguintes situações:

1) Após ditongos.

Exemplos: caixa, frouxo, peixe.

Exceção: recauchutar e seus derivados.

2) Após a sílaba inicial “en”.

Exemplos: enxame, enxada, enxaqueca.

Exceção: palavras iniciadas por “ch” que recebem o prefixo “en-”. Ex.: encharcar (de charco), enchiqueirar (de chiqueiro), encher e seus derivados (enchente, enchimento, preencher...)

3) Após a sílaba inicial “me-”.

Exemplos: mexer, mexerica, mexicano, mexilhão.

Exceção: mecha.

4) Se empregará o “X” em vocábulos de origem indígena ou africana e em palavras inglesas aportuguesadas.

Exemplos: abacaxi, xavante, orixá, xará, xerife, xampu, bexiga, bruxa, coaxar, faxina, graxa, lagartixa, lixa, lixo, puxar, rixa, oxalá, praxe, roxo, vexame, xadrez, xarope, xaxim, xícara, xale, xingar, etc.

Emprego do Ch

Se empregará o “Ch” nos seguintes vocábulos: bochecha, bucha, cachimbo, chalé, charque, chimarrão, chuchu, chute, cochilo, debochar, fachada, fantoche, ficha, flecha, mochila, pechincha, salsicha, tchau, etc.

Emprego do G

Se empregará o “G” em:

1) Substantivos terminados em: -agem, -igem, -ugem.

Exemplos: barragem, miragem, viagem, origem, ferrugem.

Exceção: pajem.

2) Palavras terminadas em: -ágio, -égio, -ígio, -ógio, -úgio.

Exemplos: estágio, privilégio, prestígio, relógio, refúgio.

3) Em palavras derivadas de outras que já apresentam “G”.

Exemplos: engessar (de gesso), massagista (de massagem), vertiginoso (de vertigem).

Observação também se emprega com a letra “G” os seguintes vocábulos: algema, auge, bege, estrangeiro, geada, gengiva, gíbi, gílete, hegemonia, herege, megera, monge, rabugento, vagem.

Emprego do J

Para representar o fonema “j” na forma escrita, a grafia considerada correta é aquela que ocorre de acordo com a origem da palavra, como por exemplo no caso da palavra jipe que origina-se do inglês *jeep*. Porém também se empregará o “J” nas seguintes situações:

1) Em verbos terminados em -jar ou -jear. Exemplos:

Arranjar: arranjo, arranje, arranjem

Despejar: despejo, despeje, despejem

Viajar: viajo, viaje, viajem

2) Nas palavras de origem tupi, africana, árabe ou exótica.

Exemplos: biju, jiboia, canjica, pajé, jerico, manjerição, Moji.

3) Nas palavras derivadas de outras que já apresentam “J”.

Exemplos: laranja – laranjeira / loja – lojista / lisonja – lisonjeador / nojo – nojeira / cereja – cerejeira / varejo – varejista / rijo – enrijece / jeito – ajeitar.

Observação: também se emprega com a letra “J” os seguintes vocábulos: berinjela, cafajeste, jeca, jegue, majestade, jeito, jejum, laje, traje, pegajento.

Emprego do S

Utiliza-se “S” nos seguintes casos:

1) Palavras derivadas de outras que já apresentam “S” no radical. Exemplos: análise – analisar / catálise – catalisador / casa – casinha ou casebre / liso – alisar.



AMOSTRA

2) Nos sufixos -ês e -esa, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. Exemplos: burguês – burguesa / inglês – inglesa / chinês – chinesa / milanês – milanesa.

3) Nos sufixos formadores de adjetivos -ense, -oso e -osa.
Exemplos: catarinense / palmeirense / gostoso – gostosa / amoroso – amorosa / gasoso – gasosa / teimoso – teimosa.

4) Nos sufixos gregos -ese, -isa, -osa.
Exemplos: catequese, diocese, poetisa, profetisa, sacerdotisa, glicose, metamorfose, virose.

5) Após ditongos.

Exemplos: coisa, pouso, lousa, náusea.

6) Nas formas dos verbos *pôr* e *querer*, bem como em seus derivados.

Exemplos: pus, pôs, pusemos, puseram, pusera, pusesse, puséssemos, quis, quisemos, quiseram, quiser, quisera, quiséssemos, repus, repusera, repusesse, repuséssemos.

7) Em nomes próprios personativos.

Exemplos: Baltasar, Heloísa, Inês, Isabel, Luís, Luísa, Resende, Sousa, Teresa, Teresinha, Tomás.

Observação: também se emprega com a letra “S” os seguintes vocábulos: abuso, asilo, através, aviso, besouro, brasa, cortesia, decisão, despesa, empresa, freguesia, fusível, maisena, mesada, paisagem, paraíso, pêssames, presépio, presídio, querosene, raposa, surpresa, tesoura, usura, vaso, vigésimo, visita, etc.

Emprego do Z

Se empregará o “Z” nos seguintes casos:

1) Palavras derivadas de outras que já apresentam Z no radical.

Exemplos: deslize – deslizar / razão – razoável / vazio – esvaziar / raiz – enraizar / cruz – cruzeiro.

2) Nos sufixos -ez, -eza, ao formarem substantivos abstratos a partir de adjetivos.

Exemplos: inválido – invalidez / limpo – limpeza / macio – maciez / rígido – rigidez / frio – frieza / nobre – nobreza / pobre – pobreza / surdo – surdez.

3) Nos sufixos -izar, ao formar verbos e -ização, ao formar substantivos.

Exemplos: civilizar – civilização / hospitalizar – hospitalização / colonizar – colonização / realizar – realização.

4) Nos derivados em -zal, -zeiro, -zinho, -zinha, -zito, -zita.

Exemplos: cafezal, cafezeiro, cafezinho, arvorezinha, cãozinho, avezita.

5) Nos seguintes vocábulos: azar, azeite, azedo, amizade, buzina, bazar, catequizar, chafariz, cicatriz, coalizão, cuscuz, proeza, vizinho, xadrez, verniz, etc.

6) Em vocábulos homófonos, estabelecendo distinção no contraste entre o S e o Z. Exemplos:

Cozer (cozinhar) e coser (costurar);

Prezar (ter em consideração) e presar (prender);
Traz (forma do verbo trazer) e trás (parte posterior).

Observação: em muitas palavras, a letra X soa como Z. Como por exemplo: exame, exato, exausto, exemplo, existir, exótico, inexorável.

Emprego do Fonema S

Existem diversas formas para a representação do fonema “S” no qual podem ser: s, ç, x e dos dígrafos sc, sc, ss, xc, xs. Assim vamos algumas situações:

1) Emprega-se o S: nos substantivos derivados de verbos terminados em -andir, -ender, -verter e -pelir.

Exemplos: expandir – expansão / pretender – pretensão / verter – versão / expelir – expulsão / estender – extensão / suspender – suspensão / converter – conversão / repelir – repulsão.

2) Emprega-se Ç: nos substantivos derivados dos verbos *ter* e *torcer*.

Exemplos: ater – atenção / torcer – torção / deter – detenção / distorcer – distorção / manter – manutenção / contorcer – contorção.

3) Emprega-se o X: em casos que a letra X soa como Ss.

Exemplos: auxílio, expectativa, experto, extroversão, sexta, sintaxe, texto, trouxe.

4) Emprega-se Sc: nos termos eruditos.

Exemplos: acréscimo, ascensorista, consciência, descender, discente, fascículo, fascínio, imprescindível, miscigenação, miscível, plebiscito, rescisão, seiscentos, transcender, etc.

5) Emprega-se Sc: na conjugação de alguns verbos.

Exemplos: nascer – nasço, nasce / crescer – cresço, cresce / Descer – desço, desça.

6) Emprega-se Ss: nos substantivos derivados de verbos terminados em -gredir, -mitir, -ceder e -cutir.

Exemplos: agredir – agressão / demitir – demissão / ceder – cessão / discutir – discussão / progredir – progressão / transmitir – transmissão / exceder – excesso / repercutir – repercussão.

7) Emprega-se o Xc e o Xs: em dígrafos que soam como Ss.

Exemplos: exceção, excêntrico, excedente, excepcional, exsudar.

Atenção - não se esqueça que uso da letra X apresenta algumas variações. Observe:

1) O “X” pode representar os seguintes fonemas:

“ch” - xarope, vexame;

“cs” - axila, nexa;

“z” - exame, exílio;

“ss” - máximo, próximo;

“s” - texto, extenso.

2) Não soa nos grupos internos -xce- e -xci-

Exemplos: excelente, excitar.



MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS. POTÊNCIAS E RAÍZES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves $\{\}$. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

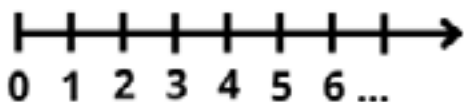
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra \mathbb{N} e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

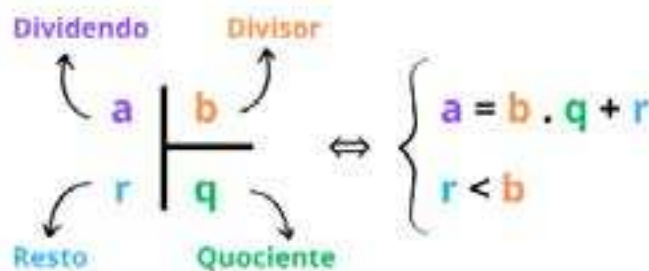
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto " . ", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



AMOSTRA

Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. $5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Brancos	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

Resolução:

Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

A organização do trabalho nas unidades de educação de ensino fundamental é um dos pilares centrais para garantir o direito à educação de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. As escolas de ensino fundamental, enquanto espaços institucionais de formação humana e social, demandam uma estrutura de trabalho bem definida, planejada e continuamente avaliada. O sucesso do processo educativo depende, em grande medida, da atuação coordenada entre os diferentes profissionais da educação, do respeito às diretrizes legais e da existência de mecanismos eficazes de gestão.

Nesse contexto, a organização do trabalho escolar se articula a partir de três dimensões complementares: a administrativa, que cuida dos aspectos burocráticos e legais da instituição; a pedagógica, que abrange o planejamento do ensino e da aprendizagem; e a relacional, que envolve a convivência, o ambiente escolar e o desenvolvimento humano. Cada uma dessas dimensões é essencial e interdependente.

A Constituição Federal, em seu artigo 206, estabelece os princípios que regem o ensino no Brasil, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática do ensino público. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) oferece a base normativa para a organização dos sistemas e instituições de ensino, indicando os parâmetros que devem ser seguidos por estados, municípios e União.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES ESCOLARES

As unidades de ensino fundamental estão organizadas com base em uma estrutura administrativa que assegura o funcionamento adequado da instituição. Essa estrutura é composta, geralmente, por um corpo gestor formado por diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e equipe de apoio administrativo e técnico. Cada um desses profissionais possui atribuições específicas, definidas por legislações locais (estatutos dos servidores públicos) e normativas educacionais.

O diretor escolar é o principal responsável pela gestão da escola, com funções que envolvem a administração de recursos financeiros, materiais e humanos. Ele também representa a unidade perante a comunidade escolar e as autoridades educacionais. O coordenador pedagógico atua no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a formação

continuada dos professores e apoiando o planejamento pedagógico. Já o secretário escolar lida com toda a documentação e registros da vida escolar dos alunos e dos profissionais.

Além da equipe gestora, a estrutura administrativa inclui o Conselho Escolar, uma instância colegiada que representa a comunidade escolar e tem papel consultivo, deliberativo e fiscalizador. Composto por representantes de professores, pais, alunos, funcionários e direção, o Conselho é um instrumento importante da gestão democrática, prevista no artigo 14 da LDB.

No nível superior, a Secretaria Municipal ou Estadual de Educação coordena o sistema de ensino, garantindo suporte técnico e financeiro às escolas. Já o Ministério da Educação, por meio de suas secretarias e órgãos vinculados, define diretrizes nacionais, como as da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e acompanha os planos de educação.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA: PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

A organização pedagógica é o núcleo da ação educativa nas escolas. Ela se materializa por meio de instrumentos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o currículo escolar, os planos de ensino e os procedimentos de avaliação da aprendizagem. Cada um desses elementos possui uma função específica na promoção de uma educação de qualidade.

O PPP é o documento que expressa a identidade da escola. Elaborado de forma participativa por toda a comunidade escolar, ele define as diretrizes, metas e ações que nortearão o trabalho educativo. Deve estar alinhado à realidade local e às diretrizes das políticas públicas educacionais. Sua construção deve considerar os princípios da gestão democrática, da inclusão, da equidade e da participação social.

O planejamento pedagógico, por sua vez, organiza o tempo e o conteúdo do ensino. Ele pode ser anual, bimestral ou semanal, e deve contemplar os objetivos de aprendizagem da BNCC. A Base estabelece as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, sendo obrigatória em todo o território nacional.

Já a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo, formativo e diagnóstico. Ela serve para verificar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e redirecionar as estratégias pedagógicas. A LDB (art. 24, V) determina que a verificação do rendimento escolar deve observar critérios como a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.



AMOSTRA

REGIME DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A organização do trabalho nas escolas também envolve a definição clara das jornadas e regimes de trabalho dos profissionais da educação. A atuação desses profissionais é regulada por legislações específicas, tanto no regime estatutário quanto no celetista, a depender do ente federativo e do tipo de vínculo funcional.

No caso dos professores da rede pública, a jornada de trabalho é estabelecida pelas legislações locais, mas deve observar a regra prevista no artigo 2º da Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional), que determina que 1/3 da carga horária seja destinado às atividades extraclasse, como planejamento, correção de avaliações, formação e reuniões pedagógicas. Esse tempo é conhecido como hora-atividade.

A distinção entre hora-aula e hora-relógio também é relevante. Em muitos sistemas de ensino, a hora-aula corresponde a 50 minutos, enquanto a hora-relógio refere-se aos 60 minutos. Essa diferença impacta diretamente na organização da jornada semanal dos docentes.

Além da jornada, os profissionais têm direito a licenças (médica, maternidade/paternidade, para capacitação) e afastamentos legais previstos nos estatutos e legislações trabalhistas. A valorização do magistério também passa pelo cumprimento desses direitos e pela oferta de condições dignas de trabalho.

LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES OFICIAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

A organização do trabalho nas unidades escolares deve respeitar uma série de normas legais que compõem o arcabouço jurídico da educação brasileira. A Constituição Federal, em seu artigo 205, define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

O artigo 206 traz princípios como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais da educação escolar e a gestão democrática do ensino público. A Lei nº 9.394/96 (LDB) regula o sistema educacional nacional e organiza a educação básica em níveis e modalidades, incluindo o ensino fundamental como etapa obrigatória e gratuita.

Outro instrumento essencial é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira até 2024, incluindo a ampliação da jornada escolar, a valorização docente e a melhoria da infraestrutura escolar.

Além disso, há normativas específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC), como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a BNCC, que devem ser obrigatoriamente seguidas pelas escolas públicas e privadas.

ÉTICA E CIDADANIA**► Conceito de ética**

A palavra ética vem do grego *ethos*, que significa “modo de ser” ou “caráter”. Desde a Antiguidade, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles discutem a importância da ética como base para a vida em comunidade e para o aperfeiçoamento do indivíduo. Enquanto a moral diz respeito a um conjunto de normas, regras e valores compartilhados por uma sociedade, a ética é o campo que questiona e analisa criticamente esses valores. Ou seja, a ética nos permite avaliar se uma determinada conduta moral realmente promove o bem comum e a dignidade humana.

► A ética no cotidiano

A presença da ética nas ações do dia a dia é mais comum do que parece. Cada vez que alguém decide devolver um objeto perdido, respeita o espaço do outro, cumpre horários ou evita passar à frente em uma fila, está colocando em prática princípios éticos como honestidade, respeito e justiça. Não se trata de seguir regras por obrigação, mas de agir com consciência e responsabilidade, pensando no impacto que nossas ações têm sobre os outros.

Em casa, no trabalho, na escola ou no convívio social, os dilemas éticos estão sempre presentes. Por exemplo:

- Um estudante colar ou não em uma prova envolve uma decisão ética sobre honestidade.
- Um funcionário denunciar ou não uma irregularidade no ambiente de trabalho pode tocar questões de coragem e integridade.
- Escolher não disseminar fake news nas redes sociais está ligado ao compromisso com a verdade e com o bem-estar coletivo.

► Ética e convivência social

Viver em sociedade exige a convivência com pessoas diferentes, com valores, culturas e pontos de vista diversos. A ética serve como uma bússola para essa convivência, pois promove o respeito mútuo, a tolerância e o diálogo. Ela nos ajuda a equilibrar nossos interesses individuais com as necessidades do coletivo, evitando conflitos e promovendo a harmonia social.

A ética também atua como um freio para comportamentos egoístas e discriminatórios. Ao refletir sobre nossas atitudes, nos tornamos mais conscientes de nossas responsabilidades sociais, compreendendo que nossas ações não afetam apenas a nós mesmos, mas também o ambiente em que estamos inseridos.

► A importância da formação ética

É fundamental que a ética seja cultivada desde cedo, por meio da educação familiar e escolar. Uma formação ética sólida contribui para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões responsáveis e de agir com empatia e solidariedade. No entanto, a ética não se aprende apenas nos livros: ela é vivenciada no exemplo, no diálogo e nas relações





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

